

HABEAS CORPUS Nº 548.934 - SC (2019/0358433-5)

RELATOR : **MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
THIAGO YUKIO GUENKA CAMPOS - SC036306
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : MARCEL EDUARDO SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus**, substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, impetrado em favor de **MARCEL EDUARDO SILVA**, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina**.

Depreende-se dos autos que o paciente foi sentenciado como incurso no art. 157, § 2º, II, por duas vezes, na forma do art. 70, ambos do Código Penal (fls. 406-419).

Irresignada, a Defesa interpôs apelação perante o eg. Tribunal de origem, que negou provimento ao recurso, nos termos do v. acórdão de fls. 644-656 assim ementado:

"APELAÇÃO CRIMINAL – ROUBO MAJORADO (CP, ART. 157, § 2º, II) – SENTENÇA CONDENATÓRIA – INSURGÊNCIA DEFENSIVA – PRELIMINAR DE NULIDADE DO RECEBIMENTO DA DENÚNCIA POR AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO – INOCORRÊNCIA – ATO QUE DESNECESSITA DE FUNDAMENTAÇÃO EXAURIENTE, A NÃO SER QUANDO EXIGIDO POR LEI – ALEGAÇÃO DE NULIDADE DO RECONHECIMENTO PESSOAL POR OFENSA AO ART. 226 DO CPP – INVIABILIDADE – MERA IRREGULARIDADE – ATO CONFIRMADO EM JUÍZO – AUSÊNCIA DE MÁCULA – EIVAS AFASTADAS – MÉRITO – MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS – PALAVRAS DAS VÍTIMAS FIRMES E COERENTES – PROVA CONSISTENTE ACERCA DA OCORRÊNCIA DE GRAVE AMEAÇA MEDIANTE SIMULAÇÃO DO EMPREGO DE ARMA – CONDENAÇÃO MANTIDA – DOSIMETRIA – ALMEJADA REDUÇÃO DA PENA AQUÉM DO MÍNIMO LEGAL NA SEGUNDA ETAPA DA DOSIMETRIA – INVIABILIDADE DIANTE DO

DISPOSTO NA SÚMULA N.

*231 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA –
RECURSO DESPROVIDO."*

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados (fls. 718-721).

Opostos embargos infringentes e de nulidade, foram desprovidos (fls. 793-804).

No presente **writ**, alega que a "*tese defensiva sobre a invalidade do reconhecimento pessoal do paciente por voz (violação ao nemo tenetur se detegere) suscitada nas razões de apelação (e reiterada nos embargos de declaração) que não foi enfrentada*" (fl. 10).

Aduz que houve "*nulidade processual pela ausência de intimação do paciente para constituir advogado de sua confiança por ocasião das alegações finais*" (fl. 17).

Sustenta "*omissão caracterizada: Reconhecimento pessoal do paciente por voz que claramente violou o direito fundamental a não produzir prova contra si mesmo — violação ao nemo tenetur se detegere*" (fl. 27).

Requer, ao final, liminarmente, o reconhecimento da "*ilegalidade do acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina, para o fim de suspender todos efeitos da condenação até julgamento final do writ ou, subsidiariamente, suspender a ordem de execução imediata da pena em respeito à decisão vinculante do STF nas ADC n.º 43, 44, e 54*" (fl. 36).

No mérito, pugna pela concessão da ordem para (fl. 37):

"d.1) anular o acórdão citra petita, determinando-se ao TJSC a realização de novo julgamento, agora com o devido enfrentamento da tese defensiva de ilicitude do reconhecimento pessoal por voz por violação ao nemo tenetur se detegere;

d.2) anular o processo desde as alegações finais por cerceamento de defesa, determinando-se a intimação do paciente para exercer seu direito de escolha de advogado de sua confiança;

d.3) absolver o paciente do crime de roubo majorado pelo concurso de pessoas (CP, art. 157, § 2.º, II, c/c art. 70), por ausência de provas válidas;

d.4) subsidiariamente, ANULAR o processo, desde a sentença, em

razão da ilicitude do reconhecimento por voz. Realizado com violação ao nemo tenetur se detegere, determinando-se ao Juízo de origem a prolação de nova sentença após desentranhadas dos autos as prova ilícita e as provas derivadas da ilícita."

É relatório.

Decido.

A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Supremo Tribunal Federal, firmou orientação no sentido de não admitir **habeas corpus** em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

Diante das alegações expostas na inicial, entretanto, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, a análise do pleito excede os limites cognitivos do pedido liminar, pois demanda incursão no mérito da impetração e possuiu natureza satisfativa, devendo ser realizada em momento oportuno, após a verificação mais detalhada dos dados constantes do processo.

O exame perfunctório, portanto, não permite a constatação de indícios suficientes para a configuração do **fumus boni iuris**, não se configurando, **de plano**, flagrante ilegalidade a ensejar a concessão da medida de urgência.

Ante o exposto, **indefiro o pedido liminar.**

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas ao d. Juízo de 1º grau e ao eg. Tribunal **a quo**.

Após, vista dos autos ao Ministério Público Federal.

P. I.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator